



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES**

## **PLANO DE CURSO**

**DEPARTAMENTO:** Direito

**DISCIPLINA:** Direito Constitucional e Administrativo

**CÓDIGO:** DIR0323

**PRÉ-REQUISITO:**

**CARGA HORÁRIA:** 75 HS

### **EMENTA**

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** Conceito e Objetivo. História do Direito Constitucional Brasileiro. Organização Brasileira. Tripartição do Poder. Sistema Tributário Nacional. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Declaração dos Direitos. Ordem Econômica e Social.

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** Noções Preliminares. A Administração Pública. Os Poderes Administrativos. Os Atos Administrativos. Os Contratos Administrativos. Os Serviços Públicos. Os Servidores Públicos. O Domínio Público. A Intervenção na Propriedade e no Domínio Econômico. A Responsabilidade Civil da Administração. O Controle da Administração.

### **1. OBJETIVOS**

Propiciar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### **2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **2.1. Direito Constitucional**

##### **2.1.1. Conceito e objeto**

##### **2.1.2. Posição do quadro geral do direito**

##### **2.1.3. Fontes, métodos e interpretação**

#### **2.2. História do Direito Constitucional Brasileiro**

##### **2.2.1. Constituição de 1824**

##### **2.2.2. Ato Adicional de 1824**

##### **2.2.3. Proclamação da República a 15.11.1899**

##### **2.2.4. Constituição de 1891**

##### **2.2.5. Reforma de 1826**

##### **2.2.6. Revolução de 1930**

##### **2.2.7. Revolução de 1932**

##### **2.2.8. Constituição de 1934**

##### **2.2.9. Carta de 1937**

##### **2.2.10. Constituição de 1946**

##### **2.2.11. Reforma Parlamentarista**

##### **2.2.12. Revolução de 1964**

##### **2.2.13. Constituição de 1967**

##### **2.2.14. Emenda Constitucional de 17.10.1969**

#### **2.3. A Organização Constitucional Brasileira**

##### **2.3.1. República**

- 2.3.2. Federação: regime representativo
- 2.3.3. Origem do poder
- 2.4. Tripartição do Poder
  - 2.4.1. Doutrina de Montesquieu
  - 2.4.2. Proibição de delegar atribuições
  - 2.4.3. Proibição de acumular funções
  - 2.4.4. Distribuição do poder
  - 2.4.5. Poderes expressos
  - 2.4.6. Poderes implícitos
  - 2.4.7. Poderes concorrentes entre a União e os estados
  - 2.4.8. Legislação estadual supletiva e complementar
- 2.5. Sistema Tributário Nacional
  - 2.5.1. Especificação dos tributos impostos
  - 2.5.2. Taxas
  - 2.5.3. Contribuição de melhoria
  - 2.5.4. Empréstimo compulsório
  - 2.5.5. Princípios constitucionais de direito tributário
  - 2.5.6. Princípio da legalidade, princípio da anulação, proibição de tributos interestaduais e intermunicipais, imunidade recíproca
  - 2.5.7. Outras imunidades
  - 2.5.8. Impostos federais, estaduais e municipais
  - 2.5.9. Rendas compartilháveis
- 2.6. Poder Legislativo
  - 2.6.1. Natureza
  - 2.6.2. Unicameralismo e bicameralismo
  - 2.6.3. Organização e funcionamento
  - 2.6.4. Câmara dos deputados: composição e competência
  - 2.6.5. Senado federal: composição e competência
  - 2.6.6. Congresso nacional: composição e competência
  - 2.6.7. Imunidade parlamentar
  - 2.6.8. Processo legislativo
  - 2.6.9. O tribunal de contas
- 2.7. Poder Executivo
  - 2.7.1. O presidencialismo
  - 2.7.2. Atribuições do presidente da república
  - 2.7.3. Responsabilidade e "impeachment"
  - 2.7.4. Ministro de estado
- 2.8. Poder Judiciário
  - 2.8.1. Dualismo do poder judiciário
  - 2.8.2. Garantias e magistratura: vitaliciedade, inamovibilidade e inextinguibilidade de vencimentos
  - 2.8.3. Órgão do poder judiciário: supremo tribunal federal
  - 2.8.4. Conselho federal da magistratura
  - 2.8.5. Justiça federal
  - 2.8.6. Justiça militar
  - 2.8.7. Justiça eleitoral
  - 2.8.8. Justiça do trabalho
  - 2.8.9. Tribunais e juízes estaduais
- 2.9. Declaração dos direitos
  - 2.9.1. Generalidades
  - 2.9.2. Declarações de direito da Constituição do Brasil
  - 2.9.3. Nacionalidade
  - 2.9.4. Direitos políticos
  - 2.9.5. Partidos políticos
  - 2.9.6. Direitos e garantias individuais
- 2.10. Ordem Econômica e Social

- 2.10.1. Generalidades
- 2.10.2. Princípios fundamentais
- 2.10.3. Intervencionismo estatal
- 2.10.4. Legislação em favor do trabalhador
- 2.10.5. Atividades nacionalizadas
- 2.10.6. Família, educação e cultura
- 2.11. Direito administrativo: noções preliminares
  - 2.11.1. O direito, direito público privado, direito administrativo
  - 2.11.2. Relações com outros ramos do direito e com as ciências sociais
  - 2.11.3. Direito administrativo e política
  - 2.11.4. Fontes do direito administrativo
  - 2.11.5. Codificação do direito administrativo
  - 2.11.6. Interpretação do direito administrativo
  - 2.11.7. Evolução histórica do direito administrativo
  - 2.11.8. Direito administrativo no Brasil
  - 2.11.9. Sistemas administrativos no Brasil
  - 2.11.10. Sistemas administrativos
  - 2.11.11. O sistema administrativo brasileiro
- 2.12. Administração Pública
  - 2.12.1. A estrutura administrativa: conceitos, elementos e poderes do estado
  - 2.12.2. Organização do estado e da administração
  - 2.12.3. Governo e administração
  - 2.12.4. Órgãos públicos
  - 2.12.5. Agentes públicos
  - 2.12.6. Investidura dos agentes públicos
  - 2.12.7. Atividade administrativa: princípios básicos da administração
  - 2.12.8. Os poderes e deveres do administrador público
  - 2.12.9. O uso e o abuso do poder
- 2.13. Os poderes administrativos: considerações gerais
  - 2.13.1. Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia
- 2.14. Os atos administrativos
  - 2.14.1. Conceitos e requisitos do ato administrativo
  - 2.14.2. Atributos do ato administrativo
  - 2.14.3. Classificação dos atos administrativos
  - 2.14.4. Espécies de atos administrativos
  - 2.14.5. Motivação dos atos administrativos
  - 2.14.6. Invalidação dos atos administrativos
- 2.15. Os contratos administrativos: considerações gerais
  - 2.15.1. Formalização do contrato administrativo
  - 2.15.2. Execução do contrato administrativo
  - 2.15.3. Inexecução e rescisão do contrato administrativo
  - 2.15.4. Contratos administrativos em espécies
  - 2.15.5. Licitação
- 2.16. Os serviços públicos: considerações gerais
  - 2.16.1. Autarquias
  - 2.16.2. Entidades paraestatais
  - 2.16.3. Serviços delegados e particulares
  - 2.16.4. Convênios e consórcios administrativos
- 2.17. Os servidores públicos: considerações gerais
  - 2.17.1. Organização do funcionalismo
  - 2.17.2. Normas constitucionais pertinentes ao funcionalismo
  - 2.17.3. Deveres e direitos dos funcionários
  - 2.17.4. Responsabilidades dos funcionários
- 2.18. O domínio público: considerações gerais
  - 2.18.1. Terras públicas, águas públicas, jazidas, florestas, fauna, espaço aéreo, patrimônio

histórico e artístico nacional

2.19. A intervenção na propriedade e no domínio econômico: considerações gerais

2.19.1. Intervenção na propriedade

2.19.2. Intervenção no domínio econômico

2.20. A responsabilidade civil da administração: considerações gerais

2.20.1. A responsabilidade civil da administração no direito brasileiro

2.20.2. A reparação de dano

2.21. O controle da administração: considerações gerais

2.21.1. Controle administrativo

2.21.2. Controle judiciário

2.21.3. A administração em juízo

### **3. METODOLOGIA**

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### **4. RECURSOS**

Quadro branco, transparências, data show, textos etc.

### **5. AVALIAÇÃO**

**DIAGNÓSTICA:** levantamento de necessidades.

**FORMATIVA:** auto-avaliação, participação, assiduidade e pontualidade.

**SOMATIVA:** duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

### **6. BIBLIOGRAFIA**

EM BRANCO